

## **Ambiental**

**1 - Ministério do Meio Ambiente / Gabinete do Ministro - [Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1, de 12 de abril de 2021.](#)**

Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

**2 - Atos do Poder Executivo - [Decreto nº 10.673, de 13 de abril de 2021.](#)**

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

**3 - Presidência da República / Vice-Presidência da República - [Resolução nº 2, de 9 de abril de 2021.](#)**

Aprova o Mapa Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal e dá outras providências.

**4 - Presidência da República / Vice-Presidência da República - [Resolução nº 3, de 9 de abril de 2021.](#)**

Aprova o Plano Amazônia 2021/2022, e dá outras providências.

## **Defesa Agropecuária**

**1 - Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária - [Instrução Normativa - IN nº 89, de 8 de abril de 2021.](#)**

Altera a Instrução Normativa - IN nº 51, de 19 de dezembro de 2019, para atualizar a lista de limites máximos de resíduos (LMR), ingestão diária aceitável (IDA) e dose de referência aguda (DRfA) para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

## **Política Agrícola**

**1 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Política Agrícola - [Portaria nº 30 a 34, de 13 de abril de 2021.](#)**

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para o cultivo dos citros em regiões de clima quente no Estado do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, conforme anexo.

## **Tributária**

**1 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade](#)**

[5.881, 5.886, 5.890, 5.925, 5.931 e 5.932.](#)

O objeto de questionamento são dispositivos da Lei 13.606/2018, que alterou a Lei 10.522/2002 e instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. As normas possibilitam à Fazenda Pública averbar a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto e penhora, tornando-os indisponíveis. As ações foram ajuizadas pelo Partido Socialista Brasileiro (ADI 5881), pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ADI 5886), pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (ADI 5890), pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADI 5925), pela Confederação Nacional da Indústria (ADI 5931) e pela Confederação Nacional do Transporte (ADI 5932).

Decisões e Ementas em anexo.

### **Infraestrutura e Logística**

**1 - Presidência da República / Despacho do Presidente da República - [Exposição de Motivos nº 12, de 9 de abril de 2021.](#)**

Resolução nº 4, de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 13 de abril de 2021.

Estabelece como de interesse da Política Energética Nacional a redução do teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil de 13% (treze por cento) para 10% (dez por cento), no 79º Leilão de Biodiesel.

### **Nomeação / Exoneração**

**1 - Presidência da República / Casa Civil - [Portarias de 13 de abril de 2021.](#)**

- Nomeia **Claudio Jose dos Santos Menezes**, para exercer o cargo de Superintendente Adjunto de Operações da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
- Exonera **Luciano Martins Tavares** do cargo de Superintendente Adjunto de Operações da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
- Exonera, a pedido, **Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra** do cargo de Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.